

Público

18-10-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Desporto

Dimensão: 1421 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 1

# *Hacker Rui Pinto encriptou dez discos que PJ não consegue abrir*

Investigadores não conseguem aceder a dez dos 12 discos rígidos apreendidos, onde poderá estar prova crucial. *Hacker* está acusado de 175 crimes **Sociedade, 18**

18 • Público • Sexta-feira, 18 de Outubro de 2019

## SOCIEDADE

# Rui Pinto blindou dez discos rígidos que PJ não consegue abrir

Grande volume de informação continua fora do alcance das autoridades. PJ diz que “há fortes indícios” da existência de novas provas, queixa-se de pouco tempo para investigar e continua a tentar aceder a dados

**Justiça**  
 Miguel Dantas

Dos 12 discos externos e dois computadores confiscados a Rui Pinto na Hungria, em Janeiro, dez discos rígidos permanecem inacessíveis às autoridades. O sistema de encriptação aplicado pelo *hacker* a estes dispositivos não permitiu que a polícia conseguisse recolher um grande volume de dados que podem ser fundamentais para as investigações. No total, são dezenas de milhares de gigabytes de informação que continuam inacessíveis e podem revelar mais pormenores sobre os alegados roubos de correspondência electrónica e acessos ilegítimos aos sistemas informáticos de centenas de instituições públicas e privadas.

A polícia afirma que “há fortes indícios” de que os aparelhos contêm ainda mais informação roubada e por isso continuam os esforços para conseguir aceder aos discos. Rui Pinto é acusado pelo Ministério Público (MP) de 175 crimes: 75 de acesso ilegítimo, 70 de violação de correspondência, um crime de tentativa de extorsão e um de sabotagem informática.

No auto de exame forense datado de 16 de Setembro que o PÚBLICO consultou, a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica da Polícia Judiciária atesta existirem “fortes indícios” de que os discos rígidos que permanecem encriptados sirvam como “repositórios de informação exfiltrada”, à semelhança dos que foram analisados com sucesso. Esta unidade da PJ fez questão de deixar claro o curto período dado à investigação forense até ao prazo-limite da fase de inquérito, em função da “quantidade, complexidade e diversidade da informação disponível nos volumes de armazenamento de massa”.

Nos dispositivos electrónicos a que a unidade de combate ao cibercrime conseguiu aceder, as autoridades rastrearam a pegada digital do responsável pelo *Football Leaks* durante os últimos quatro anos (entre 2015 e 2019), descobrindo que o *hacker* terá acedido a 488 contas de correio



A cela de Rui Pinto foi alvo de buscas, sob protesto da defesa

electrónico, pertencentes a múltiplas organizações e entidades. Para além do já conhecido acesso, que figurou na acusação, de que teria conseguido aceder ao sistema informático da Procuradoria-Geral da República (PGR) e aos emails de vários magistrados do MP, também a caixa de email da Câmara Municipal de Lisboa estaria ao alcance do *hacker*, que guardava os dados e palavras-passe nestes dispositivos.

No plano desportivo, Rui Pinto terá monitorizado os emails de várias pessoas do Benfica, entre os quais o presidente Luís Filipe Vieira. Apesar de, na acusação do MP, não ter ficado

**Rui Pinto recusou uma análise à sua grafia e por isso o juiz Carlos Alexandre deu ordem para que fosse revistada a cela. Foi apreendido um caderno de notas**

claro que foi ele o responsável pelo furto dos emails que seriam publicados no blogue Mercado de Benfica – que o próprio administraria –, a verdade é que a PJ liga ao computador do *hacker* vários desses endereços. As contas do administrador Domingos Soares de Oliveira, do funcionário Pedro Guerra e do director de comunicação Luís Bernardo, entre outros, estavam configuradas no sistema informático a que Rui Pinto tinha acesso. A PJ diz também que o *hacker* teve acesso a contas de email do FC Porto. Do conjunto de endereços ligados aos “dragões”, o do técnico Sérgio Conceição é o mais sonante, numa lista que inclui outros clubes europeus, o presidente da Liga, Pedro Proença, funcionários da FIFA, advogados e jornalistas.

Na conclusão da análise forense, a equipa da PJ realça os conhecimentos avançados de Rui Pinto, apesar de ser autodidacta e ter formação em

História. A unidade de combate ao cibercrime detalha a capacidade do *hacker* em recorrer à virtualização – ferramenta que aumenta a dificuldade em rastrear a pegada digital – e a *software* específico para a exploração de vulnerabilidades dos sistemas informáticos – valência que lhe terá permitido recolher informação de centenas de endereços de email.

**Em busca da caligrafia**

Nas buscas feitas após a detenção do *hacker* em Janeiro, as autoridades húngaras encontraram um papel, presumivelmente da autoria de Rui Pinto, no qual eram detalhados exigências e planos para quando a sua identidade fosse tornada pública. Em frases soltas e enigmáticas, escrevia que “a principal guerra” seria travada em Portugal, mostrando-se disponível para conceder entrevistas às televisões e participar em conferências. Exigia, porém, poder de veto relativamente a todas as histórias que fossem escritas sobre si e sobre “o projecto” [*Football Leaks*].

As autoridades portuguesas queriam ter a certeza de que esta nota tinha sido escrita pelo *hacker*. Solicitaram um exame à caligrafia de Rui Pinto, que o arguido recusou, por não “conhecer o alcance da diligência”. Considerando que esta nota poderia ser elemento de prova importante, o juiz Carlos Alexandre autorizou uma busca à cela de Rui Pinto, onde se sabia da existência de notas da sua autoria. No dia 30 de Agosto, as autoridades encontraram um caderno A5 com 59 folhas – a maior parte das páginas estava preenchida.

A defesa protestou, alegando que “excedia o âmbito da busca e apreensão”. Disse que o caderno era o diário de Rui Pinto e a forma de correspondência com a equipa de defesa, pedindo a nulidade e inconstitucionalidade da apreensão. O MP considerou que o caderno não poderia ser visto como ferramenta de comunicação entre advogado e cliente, e pediu a análise grafológica das notas. O caderno foi devolvido a Rui Pinto.

miguel.dantas@publico.pt